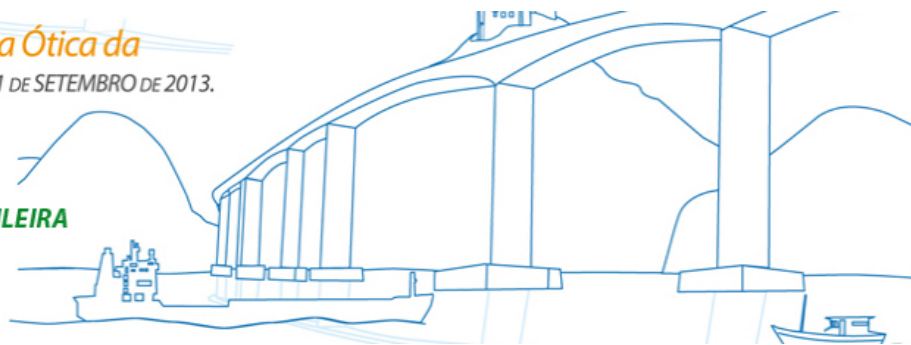


*Inovação e Sustentabilidade sob a Ótica da
Economia Ecológica.* VITÓRIA/ES, 17 A 21 DE SETEMBRO DE 2013.
Hotel Vitória Grand Hall

**X ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA
DE ECONOMIA ECOLÓGICA**



X ENCONTRO DA ECOECO

Setembro de 2013

Vitória - ES - Brasil

UM MODELO ECONÔMICO PARA O SÉCULO XXI: REVOLUÇÃO OU BARBÁRIE

GABRIELA CRISTINA BRAGA NAVARRO (UFSC) - gabizinhavn@bol.com.br

Mestranda em direito pela UFSC. Pesquisadora bolsista Capes. Membro do Grupo de Pesquisa em Direito Ambiental GPDA. Graduada em direito pela Unesp.

Um modelo econômico para o século XXI: revolução ou barbárie

Eixo temático: crescimento e Meio Ambiente; crescimento e Decrescimento.

Resumo: O desenvolvimento sustentável defendido na Rio+20 propõe-se, por meio da economia verde, a solucionar a presente crise socioambiental. No entanto, não se trata de um novo paradigma, mas sim da manutenção de um modelo econômico baseado em crescimento e industrialização. Esse modelo está condenado ao insucesso, dadas suas profundas falhas tanto no campo ambiental (mudanças climáticas, perda da biodiversidade, esgotamento de recursos naturais...) como no campo social (agravamento da desigualdade social, fome mundial...). Apresenta-se o decrescimento e o ecossocialismo como modelos alternativos ao desenvolvimento sustentável, propondo um novo modelo de sociedade e economia. Conclui-se pela elaboração de uma crítica profunda e substancial ao modelo de desenvolvimento da Rio +20.

Palavras-chave: desenvolvimento sustentável, decrescimento, ecossocialismo, paradigma.

Abstract: The sustainable development advocated in the Rio +20 proposes, through the green economy, to solve the current environmental crisis. However, this is not a new paradigm, but the maintenance of an economic model based in growth and industrialization. This model is doomed to failure, given its deep flaws both in the environmental (climate change, biodiversity loss, depletion of natural resources ...) and in the social field (worsening social inequality, global hunger ...). Presents degrowth and ecossocialism as alternative models for sustainable development, proposing a new model of society and economy. We conclude developing the need of a deep and substantial critic development model of Rio +20.

Keywords: sustainable development, ecossocialism, decrease, paradigm.

Introdução

O modelo de desenvolvimento sustentável elaborado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2012 durante a Rio+20 propõe-se a resolver os problemas socioambientais contemporâneos. No entanto, é primordial que seja analisado em que medida tal modelo modifica substancialmente (ou não) as bases de um desenvolvimento capitalista perverso.

Vivemos em tempos de uma iminente catástrofe ambiental que põe em risco a própria sobrevivência humana. A degradação ecológica tomada em efeito pelo homem, bem como seus efeitos deletérios para todo o planeta, é fato cientificamente comprovado. Ainda assim, reiteram-se diuturnamente as formas de destruição do meio ambiente. Nesse contexto, é importante que se diga que os grupos sociais mais afetados pela crise ambiental são justamente aqueles que se

encontram em piores condições econômicas, ensejando o que se convencionou chamar de injustiça socioambiental.

Simultaneamente a tal processo de crise ambiental, verificamos a existência de uma política internacional desenvolvimentista, em especial imposta aos países em desenvolvimento, que tem por principal ambição impulsionar o crescimento econômico a qualquer custo, inclusive através da exploração sobre outras classes sociais, sobre o meio ambiente e sobre os países do sul colonial. Tal política desenvolvimentista é tomada em efeito através de medidas neoliberais e reformas estruturais que possuem um perverso efeito nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil.

É nesse contexto que se inserem as propostas de desenvolvimento sustentável e da economia verde integrantes do documento final da Conferência Rio +20: sob o pretexto de conciliar eficiência econômica, equidade social e prudência ecológica, o que a Declaração faz é impor um mesmo modelo econômico para todos os países do mundo, baseado na industrialização e no crescimento econômico.

No entanto, para que o desenvolvimento sustentável possa ser considerado um novo paradigma para a economia mundial, é essencial que antes sejam realizadas críticas ao desenvolvimento convencional, analisando propostas alternativas, como o decrescimento e o ecossocialismo. Também se torna primordial a análise de certos pontos específicos que demonstram a falência do modelo desenvolvimentista, como a produção de alimentos, o desenvolvimento de tecnologia e o transporte urbano.

O objetivo do presente artigo é justamente demonstrar a incongruência do desenvolvimento sustentável proposto pela Rio +20 perante um contexto de gravíssima crise ambiental. Para tanto, analisaremos em um primeiro momento a evolução do conceito de desenvolvimento sustentável internacionalmente. Em seguida, serão analisadas algumas das principais falhas do modelo, em especial no que tange à justiça ambiental.

Analisaremos também propostas alternativas ao modelo de desenvolvimento sustentável, como o modelo de decrescimento proposto por Latouche e as propostas de ecossocialismo relacionadas em especial a Michael

Lowy. O objetivo de analisar tais propostas é corroborar a ideia de que a economia verde não é a única via para o desenvolvimento.

Por fim, já nos encaminhando para a conclusão, trataremos, com base no pensamento de Thomas Kuhn, de analisar em que medida o desenvolvimento sustentável da Rio +20 pode ser considerado um novo paradigma. Adiantamo-nos em afirmar que, enquanto o desenvolvimento sustentável tiver suas premissas assentadas sobre um modelo perverso e falível, não poderá ser considerado um novo paradigma. A revolução paradigmática no campo do desenvolvimento apenas tomará efeito através de um reiterado questionamento do paradigma dominante, e não por meio de conciliações, ajustes e remodelações.

1. O desenvolvimento sustentável

O desenvolvimento sustentável ganha visibilidade internacional em 1987 por meio do Relatório Brundtland, organizado pela ONU. Em tal documento, foi definido como sendo aquele que garante as necessidades das gerações presentes sem colocar em risco as necessidades das gerações futuras. Foram estabelecidos três pilares para tal desenvolvimento: eficiência econômica, equidade social e prudência ecológica.

Ressalta-se que já havia tentativas anteriores de estabelecer um termo que representasse a almejada conciliação entre meio ambiente, sociedade e economia, como a Conferência de 1974 em Coyoacán, no México, em que as discussões foram travadas em torno do termo “ecodesenvolvimento”. No entanto, durante essa Conferência os países subdesenvolvidos apresentavam uma certa predominância em seus interesses, baseados na ideia de “self-reliance”, o que, para Sachs, teria feito com que o termo passasse a ser mal visto, desaconselhável e substituído pelo termo “desenvolvimento sustentável”.¹

Mirra salienta que, no surgimento da ideia de desenvolvimento sustentável, buscava-se construir uma nova sociedade mais participativa, integrada com a natureza, de forma a reduzir o consumismo e utilizar racionalmente os recursos minerais. Todavia, esse modelo acabou sendo reduzido a mera conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação do meio

¹ SACHS, Ignacy. **A terceira margem**: em busca do ecodesenvolvimento. São Paulo: Companhia das Letras, 2009. p. 243.

ambiente, mantendo intacto “um modelo de desenvolvimento que privilegia o crescimento ilimitado, a expansão ilimitada das forças produtivas, exatamente o modelo apontado como o responsável pelo atual estágio de degradação ambiental no mundo.”²

Trata-se de um documento extremamente contraditório, pois, ao mesmo tempo em que reconhece as nefastas consequências do crescimento econômico, defende-o como solução. De fato, o item 2.3.1 do relatório Brundtland, denominado “retomando o crescimento”, estabelece: “As taxas de crescimento poderão variar, mas é necessário um nível mínimo para causar algum impacto sobre a pobreza absoluta. Considerando todos esses países, parece improvável atingir esses objetivos se o crescimento da renda per capita for inferior a 3%.” Mais adiante, afirma ainda o relatório: “Portanto, na prática, o desenvolvimento sustentável está implícito um estímulo interno ao crescimento do Terceiro Mundo”. Trata-se, no dizer de Gilbert Rist, de mudar tudo para que nada mude.³

Para Rist, a definição adotada é caracterizada por uma “rara indigência”, mesclando “afirmaciones gratuitas con despropósitos”. Ao atribuir o desenvolvimento sustentável à “humanidade”, o documento supõe a existência de um sujeito coletivo que não existe, de forma que incumbe na realidade a ninguém. Outra crítica que Rist coloca é a impossibilidade de se precisar o que seriam as “necessidades” presentes, e, mais ainda, quais seriam as necessidades das gerações futuras. Também o posicionamento da Comissão quanto à pobreza é criticada por Rist: além de deixar de analisar as motivações da pobreza, a considera como um mal por si só, ao passo que crescimento sustentável é um bem em si mesmo.⁴

Daí Rist caracterizar o relatório Brundtland por duas afirmações: garantia plena de boas intenções, mas vagueza nas posições que afirma, não oferecendo renovação alguma na resolução de problemas. Em suas palavras,

De qué sirve denunciar enérgicamente que ‘la interacción entre economía y ecología puede ser destructora, catastrófica incluso’, se se llega – una vez más – a la conclusión de que ‘lo que actualmente se

² MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Fundamentos do Direito Ambiental no Brasil. In **Revista dos Tribunais**, v. 706. 07-29. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994. p. 10.

³ RIST, Gilbert. **El desarrollo**: historia de una creencia occidental. Madrid: Los libros de la catarata, 2002. p. 211.

⁴ Ibidem. p. 211-2.

necesita es una nueva era de crecimiento económico, un crecimiento que sea poderoso a la par que sostenible social y medioambientalmente?’⁵

A definição de desenvolvimento sustentável utilizada por tal relatório é uma definição ampla, que não estabelece exatamente os contornos e o conteúdo de tal desenvolvimento, o que facilitou a sua rápida aceitação mundialmente. Ademais, outro fator que explica a rápida aceitação do relatório é o fato dele manter a preocupação com o crescimento econômico, indo ao encontro dos interesses capitalistas. Tratava-se de um relatório com objetivos políticos, buscando angariar apoio internacional para a conferência ambiental que se realizaria em 1992.

Esse objetivo foi de fato alcançado, eis que a partir do Relatório Brundtland, o termo “desenvolvimento sustentável” passa a ser amplamente utilizado tanto a nível nacional como internacional, constando em diversos documentos oficiais da ONU: Convenção de Mudança Climática de 1992, Convenção de Biodiversidade de 1992, Convenção anti-desertificação de 1994, Tratado da Organização Mundial do Comércio de 1994, Declaração de Joanesburgo sobre Desenvolvimento Sustentável de 2002, dentre muitos outros.⁶

O desenvolvimento sustentável também foi adotado em nível nacional por diversas Constituições. Schrijver relata que mais de 24 constituições nacionais possuem referência direta ao desenvolvimento sustentável, o que demonstraria o peso do princípio.⁷No Brasil, a Constituição de 1988 não utilizou diretamente o termo “desenvolvimento sustentável”, embora seu conceito esteja presente nos artigos 170 e 225, que propõem uma conciliação entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental.

Recentemente, o termo foi utilizado na Declaração Final da Conferência Rio +20 ainda nos mesmos parâmetros amplos e vagos que foram estabelecidos em 1987: preocupação intergeracional, fundamentação em três pilares e manutenção do crescimento econômico, conforme observamos do trecho abaixo:

⁵ Ibidem. p. 214.

⁶ SCHRIJVER, Nico. **The evolution of sustainable development in international law**. Hague Academy of International Law, 2008. p. 104 e ss.

⁷ Ibidem. p. 154

1. I. We, the Heads of State and Government and high-level representatives, having met at Rio de Janeiro, Brazil, from 20 to 22 June 2012, with the full participation of civil society, **renew our commitment to sustainable development and to ensuring the promotion of an economically, socially and environmentally sustainable future for our planet and for present and future generations.**⁸

Mais adiante no mesmotópico, o documento afirma: “We also reaffirm the need to achieve sustainable development by promoting sustained, inclusive and equitable **economic growth**”. Para atingir tal “crescimento econômico sustentável”, o documento propõe como solução, a partir do artigo 56, a economia verde. Não há nenhuma definição do que seria a economia verde, apenas noções gerais de como ela poderia ser efetivada e sua indicação como uma possível solução para alcançar o desenvolvimento sustentável. As bases da economia verde são colocadas sobre termos também amplos, como consumo e produção sustentáveis.

O desenvolvimento sustentável que foi estabelecido pela Rio +20 mantém as bases da economia tradicional, apenas colorindo-a de verde. Não há uma mudança substancial no padrão capitalista dominante desde a Revolução Industrial: o progresso continua sendo identificado com o aumento da produtividade; a tecnologia continua a ser vista como panaceia; as preocupações sociais restringem-se ao campo da solidariedade, e não com uma efetiva redistribuição de capital.

Alguns grupos sociais têm encarado a Rio +20 como um imenso retrocesso. Não parece ser esse o caso: a declaração final reafirma diversos princípios de outros documentos com a mesma preocupação inicial. O problema maior é justamente a manutenção de um modelo que tem se demonstrado falho há 25 anos.

Ademais, objetiva-se propagar esse modelo econômico industrial produtivista para todo o mundo. É interessante observar como a ideia de propagar um modelo único de economia já estava presente desde os primórdios da Guerra Fria, em que a Doutrina Truman, visando barrar o avanço do socialismo,

⁸ UNITED NATIONS. **The Future we want**. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em: <http://daccess-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N11/476/10/PDF/N1147610.pdf?OpenElement> . Acesso em: 16 mai 2013. Grifo nosso.

propagava o modelo econômico norte americano (liberal, produtivista, industrial) como sendo o único capaz de assegurar as liberdades individuais. Com a queda do socialismo, tal modelo passa a ser visto como o “vencedor” e única solução para o mundo, reforçando a cogência de sua adoção. As evidentes catástrofes ambientais modificam superficialmente esse desenvolvimento que passa a ser sustentável, mas não questiona a fundo suas bases.

2. A falência do sistema desenvolvimentista

O modelo tomado em efeito até hoje de desenvolvimento tem se mostrado totalmente perverso e predatório, destruindo o meio ambiente e concentrando rendas. A falência de tal sistema pode ser analisada tanto por meio da análise da situação mundial como por meio da análise de alguns problemas pontuais.

Estudos científicos recentes estão demonstrando que não é mais possível ignorar tal crise ambiental, pois suas consequências serão desastrosas e irreversíveis. As Organizações das Nações Unidas – ONU estabeleceram o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas, ou IPCC, que objetiva avaliar as informações técnico científicas sobre as mudanças climáticas, bem como sobre seus impactos potenciais e as formas de mitigação e adaptação. O relatório mais recente elaborado é de fevereiro de 2007, o qual informa que é inequívoco o aquecimento global, sendo a atuação humana a sua causa (com 90% de certeza científica). Estima-se que até 2100 teremos um aumento de até 6,4°C na temperatura do planeta, caso seja mantido o atual ritmo de crescimento.⁹

O aquecimento global enseja o derretimento das calotas polares (que, aliás, constituem grande parte das reservas de água doce do planeta), levando ao aumento do nível do mar e a inundação das cidades litorâneas. Ainda, o aquecimento global aumenta a aridez de determinadas áreas, acelerando o processo de desertificação. Também a saúde humana seria afetada, multiplicando-se os surtos de doenças como malária, dengue e leptospirose. Importante salientar que os países mais atingidos certamente seriam os países mais pobres do planeta (África e América Latina), aumentando as desigualdades mundiais. Mesmo as

⁹ IPCC. **Climatechange 2007: Synthesis Report**. Geneva, 2007. Disponível em http://www.ipcc.ch/publications_and_data/ar4/syr/en/contents.html . Acesso em 17 out. 2012.

atividades econômicas não ficarão ilesas: estima-se redução nas áreas cultiváveis de diversos grãos no Brasil, como é o caso do arroz (redução de 41%) e do café (redução de 92%).¹⁰

As repercussões das mudanças climáticas tendem a ser mais graves para os seres humanos conforme estes se encontrem em maior situação de vulnerabilidade, habitando países em desenvolvimento. A situação configura uma evidente injustiça, já que a contribuição per capita das emissões de CO₂ pelos países desenvolvidos é muito maior que os países em desenvolvimento: enquanto os EUA contribuem com 4951kg em C/capita/ano, o mundo de forma geral contribui com apenas 857 em C/capita/ano.¹¹

Ademais, a situação em países subdesenvolvidos é mais tensa já que “neles se concentram os fenômenos da ruptura ambiental da era pré-industrial e, ainda, os da era industrial, em ligação com a expansão do binômio sobrepopulação/subdesenvolvimento e com a industrialização em curso.”¹² Assim, deflorestação e desertificação aparecem nesses países ao lado da industrialização agrícola e a urbanização desordenada.

Em outro sentido, alerta a União Internacional de Conservação da Natureza (IUCN) sobre o sério risco de destruição da biodiversidade, já que 70% dos corais marinhos mundiais estão extintos ou sob sério risco de extinção. Em relação aos animais mamíferos, tal taxa é de 25%.¹³

Em relação à disponibilidade de água doce, relatório organizado pela ONU afirma que 80% da população mundial vive em áreas com graves ameaças à segurança hídrica, sendo que a mais grave categoria de ameaça afeta 3,4 bilhões de pessoas, quase todas nos países em desenvolvimento. Em relação ao saneamento básico, a situação também é alarmante, já que 2,6 bilhões de pessoas ainda não têm acesso a saneamento básico.¹⁴

10 NUNES, Luci H. Mudanças climáticas: impactos físicos e socioeconômicos. In: **Plenarium: desafios do clima**, Brasília, n. 5, ano V. p. 66-82. out. 2008.

11 DELEAGE, Jean Paul. História da ecologia: uma ciência do homem e da natureza. Dom Quixote: Lisboa, 1993. p. 235

12 Ibidem. p. 237 e ss.

13 IUCN. **Why is biodiversity in crisis?** Disponível em http://www.iucn.org/what/tpas/biodiversity/about/biodiversity_crisis/. Acesso em 18 out. 2012.

14 PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Resumo para os formuladores de políticas**. Disponível

Os dados também são alarmantes quanto à fome no mundo. Cerca de 870 milhões de pessoas, ou uma em cada oito, sofriam de subnutrição crônica no período 2010-2012, de acordo com relatório da ONU sobre a fome. A subnutrição infantil é uma das maiores causas de mortalidade infantil, levando a óbito mais de 2,5 milhões de crianças por ano.¹⁵

A concentração de renda é também preocupante, ao verificarmos que embora a riqueza mundial tenha aumentado, também se concentrou mais nas mãos de pequenos grupos. Afirma Fernandes Jr.:

Os beneficiados que estão entre os 20% mais ricos da população mundial respondiam por 86% do consumo total, enquanto restava aos 20% mais pobres mirrado 1,3%, informa um estudo de 1998 do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud). De acordo com o relatório de 2006 do Banco Mundial, o consumo de um cidadão de Luxemburgo é 62 vezes superior ao de um habitante da Nigéria. Do total da riqueza produzida no mundo, 80% fica com 1 bilhão de pessoas que vivem nos países ricos, enquanto 5 bilhões de pessoas, quase todas em países pobres, dividem o restante, afirma o relatório da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre a desigualdade, publicado em agosto.¹⁶

Um exemplo muito ilustrativo que evidencia os problemas do modelo desenvolvimentista é o caso dos agrotóxicos. Impulsionada a partir da década de 60 por meio da Revolução Verde, a utilização de agrotóxicos tem se tornado preocupação mundial. Sua utilização está relacionada à busca pelo aumento da produtividade a qualquer preço, sendo o desenvolvimento tecnológico visto como solução para a fome.

Trata-se de um exemplo de internalização dos lucros a custo da externalização dos prejuízos: enquanto as grandes empresas produtoras de agrotóxicos veem seus lucros multiplicando-se todos os dias, a sociedade sofre com os prejuízos sociais e ambientais, como poluição do meio ambiente, ingestão excessiva de produtos químicos e intoxicação dos trabalhadores rurais.

em:http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/GEO5_RESUMO_FORMULADORES_POLITICAS.pdf Acesso em 16 jun. 2013.

¹⁵ FAO. QUASE 870 MILHÕES DE PESSOAS NO MUNDO ESTÃO SUBNUTRIDAS – NOVO RELATÓRIO SOBRE A FOME. <https://www.fao.org.br/q870mpmesnrsf.asp> Acesso em 16 jun. 2013.

¹⁶ FERNANDES JR, Ottoni. Estudos do Banco Mundial e da ONU mostram que, apesar dos esforços, piorou a distribuição da riqueza em escala global e aumentou o abismo que separa os países ricos dos pobres. In **Desafios do desenvolvimento**. 2005. Ano 2. Edição 16 - 1/11/2005. Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=954:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em 16 jun. 2013.

Podemos também analisar a questão da decadência do modelo capitalista através da produção de carne para consumo humano. A indústria da carne tem apresentado graves prejuízos ambientais, como o aumento do desflorestamento, produção de gases de efeito estufa (em especial o metano), compactação do solo, competição com a produção de cereais para alimentação humana, eliminação de resíduos contaminando a água, dentre outros. Há ainda preocupação sanitária com a proliferação de doenças e o aumento do uso de antibióticos. Por fim, podemos destacar a grande situação de desigualdade colocada pela produção de carne: os maiores consumidores são os países europeus, enquanto os maiores produtores são os países subdesenvolvidos, evidenciando mais uma vez a externalização de custos.

Em tal contexto civilizacional, a tecnologia é colocada como a responsável pela solução de todos os problemas, conforme evidencia-se através da leitura do documento final da Rio +20. No entanto, a própria produção de tecnologia tem sido responsável por grandes problemas socioambientais, como os transgênicos, agrotóxicos, energia nuclear, armamento bélico... Verificamos nas últimas décadas que o desenvolvimento de conhecimento tem sido financiado por entidades privadas, levantando mais uma vez a questão da neutralidade da ciência: para quem serve tal conhecimento? Assim, estando a produção de conhecimento vinculada a interesses dominantes, não será nunca a responsável por uma modificação profunda nas bases da sociedade.

Um último ponto que pode ser trabalhado, e que perpassa todos os pontos analisados anteriormente, é a questão da justiça ambiental. É importante que se questione a todo o tempo a quem favorece o modelo econômico pregado pela Rio +20 (a chamada economia verde) e a quem ele prejudica. A injustiça ambiental é verificada quando fatores sociais, como a renda ou a origem étnica, são determinantes para análise de vítimas de fatores ambientais. A injustiça ambiental fica muito clara na análise das questões de produção de carne e agrotóxicos, como ressaltamos supra, mas também pode ser analisada através do extermínio de tribos indígenas e outros povos tradicionais, bem como através da qualidade ambiental de bairros ocupados por classes mais baixas.

O modelo proposto pela economia verde, ao manter as estruturas hierarquizadas do modelo econômico vigente, é um modelo que privilegia apenas determinado seguimento social: as grandes empresas e conglomerados econômicos. Não há nenhuma preocupação de fundo com a redistribuição de renda.

3. Algumas propostas alternativas ao modelo desenvolvimentista

Diante de toda evidência de fracasso do modelo dominante de desenvolvimento sustentável que analisamos acima, algumas propostas alternativas têm sido apresentadas. Tais propostas objetivam não apenas demonstrar a falência do modelo dominante de desenvolvimento, como também postular que uma nova perspectiva é possível para a economia, embora dependa de modificações substanciais em toda a sociedade.

Serão analisadas a proposta de decrescimento de Serge Latouche e a proposta de ecossocialismo de Michael Lowy, por representarem excelentes pontos de partida para a crítica do modelo de desenvolvimento. Outras propostas, como o pós-desenvolvimento¹⁷, a economia ecológica¹⁸ e o novo constitucionalismo latino americano¹⁹ também fornecem excelentes contribuições para o debate, embora não serão analisadas no presente momento.

3.1. A proposta do decrescimento

¹⁷ESCOBAR, Arturo. El desarrollo y la antropología de la modernidade. In _____. **Una minga para el postdesarrollo: lugares, medio ambiente y movimientos sociales en las transformaciones globales**, Lima: Programa Democracia y Transformación Global, Universidad Nacional Mayor de San Marcos, 2010. Disponible en: <http://www.unc.edu/~aescobar/text/esp/escobar.2010.UnaMinga.pdf> Acceso 24 jun. 2013.

¹⁸A economia ecológica foi, na realidade, base conceitual para todo o pensamento econômico crítico quanto ao desenvolvimento sustentável. Sua influência é clara tanto em autores ecossocialistas, como Lowy e Alier, como em defensores do decrescimento, como Latouche. Ressalta-se em especial a contribuição de Herman Daly, dado seu protagonismo para o pensamento da economia ecológica. DALY, Herman. **Beyond growth**. Boston: Beacon Press, 1996.

¹⁹Trata-se de modificações profundas realizadas em toda a estrutura estatal através da modificação da Constituição e de legislações infraconstitucionais, cujo exemplo emblemático é o caso do Equador, as quais têm sido vista por alguns autores como um novo paradigma civilizacional. É patente em tal movimento a consideração da natureza como sujeito de direitos (*pacha mama*), a proteção de povos tradicionais e a preocupação com o *buenvivir*. Nesse sentido, ver SANTOS, Boaventura de Sousa. **Refundación del Estado en América Latina: Perspectivas desde una epistemología del Sur**. Lima: Instituto Internacional de Derecho y Sociedad, 2010.

Trata-se de pensamento que tem sido elaborado por Serge Latouche, em especial na obra “Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno”.²⁰

O decrescimento tem como objetivo combater o produtivismo, sendo um *slogan* político com implicações teóricas. Sua principal meta é o abandono do crescimento ilimitado como objetivo, cujo motor é a busca pelo lucro pelos detentores de capital e cujas consequências são desastrosas para o meio ambiente. Não se trata, todavia, de um decrescimento pelo mero decrescimento, mas sim de uma modificação na própria sociedade do crescimento, transformando-a em uma “sociedade de decrescimento”, baseando todo o sistema em uma outra lógica.²¹

Embora o nome de tal proposta possa dar a entender, “decrescimento” não significa meramente um crescimento quantitativo negativo, ou uma mera diminuição nas taxas de crescimento, o que não resolveria absolutamente nada para a crise socioambiental. A proposta inclui modificações qualitativas profundas em diversos setores da economia e na própria sociedade.

Latouche realiza fortes críticas ao conceito de desenvolvimento sustentável. Para o autor, o termo é ao mesmo tempo um pleonismo e um oxímoro, pois o desenvolvimento já é um crescimento sustentável por si mesmo e, no entanto, não é nem duradouro nem sustentável. “O desenvolvimento é uma palavra tóxica, qualquer que seja o adjetivo com que o visitam.”²²

Para o autor, o desenvolvimento é um conceito etnocêntrico e etnocidário, que foi imposto pela violência da colonização e do imperialismo, constituindo uma verdadeira “violação do imaginário”. Assim, acreditar que o desenvolvimento possa ser sustentável é uma ingenuidade, pois a sua única função seria conservar lucros e evitar mudanças de hábitos profundas.²³

Latouche vincula o modelo de desenvolvimento à ideia de uma sociedade de crescimento, tendo por pilares três conceitos: publicidade, crédito e obsolescência acelerada e programada. Primeiro, criam-se necessidades consumistas pungentes. Então, libera-se crédito financeiro para satisfazê-las. Por fim, os produtos estragam rápido sem possibilidade de conserto, criando a

²⁰LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 170 f.

²¹Ibidem. p. 4-5.

²²Ibidem. p. 9.

²³Ibidem. p. 9.

necessidade de sua substituição. As consequências de tal modelo de sociedade consumista acabam sendo nefastas para a população, levando ao trabalho excessivo e a surtos de depressão.²⁴

Ressalta-se que, dada a profundidade das modificações propostas pelo decrescimento, para uma ruptura é essencial uma revolução cultural radical, o que deveria ser pré-requisito essencial de qualquer programa de ação política que diga respeitar as exigências ecológicas atuais. Destarte, o decrescimento é um projeto político; nem politiquês, nem eleitoral, mas sim um projeto de construção de sociedades conviviais autônomas e econômicas.²⁵

Tal revolução exigida para a construção de uma sociedade autônoma de decrescimento é representada em Latouche por meio da articulação sistemática de oito mudanças interdependentes sintetizadas em um “círculo virtuoso”: reavaliar, reconceituar, reestruturar, redistribuir, realocar, reduzir, reutilizar, reciclar.²⁶

Nas palavras do autor,

Tudo isso desenha uma utopia no melhor sentido do termo, ou seja, a construção intelectual de um funcionamento ideal, mas também concreto, porque parte de dados existentes e de evoluções realizáveis. É um outro mundo, desejável, necessário e possível se assim quisermos.²⁷

Latouche, no entanto, observa que, dadas as peculiaridades dos países do sul, o decrescimento para esses seria de forma diferente, incluindo suas especificidades. Assim, são propostos outros momentos, mais preocupados com a importância do resgate da identidade perdida: romper, reatar, resgatar, reintroduzir, recuperar.

3.2. A proposta do ecossocialismo

O ecossocialismo surge no início do século XXI como uma tentativa de aproximar militantes de movimentos sociais, conhecimento científico e práticas de organizações não governamentais. Em 2002 é publicado o Manifesto Internacional Ecosocialista e em 2007 é fundada a Rede Internacional Ecosocialista. Trata-se de uma “corrente de pensamento da esquerda internacional e de ação ambiental, que une a luta ecológica contra a destruição da

²⁴Ibidem. p. 18-22.

²⁵Ibidem. p. 40-41.

²⁶Ibidem. p. 42.

²⁷Ibidem. p. 55.

natureza à luta política pela construção do socialismo, a partir do marxismo revolucionário”.²⁸

São nomes que se destacam na contribuição para o ecossocialismo: O'Connor, Barry Commoner, John Bellamy Foster, Joel Kovel (EUA), Juan Martinez Allier, Francisco Fernandez Buey, Jorge Riechman (Espanha), Jean Paul Déléage, Jean Marie Harribey (França), Elmar Altvater, Frieder Otto Wolf (Alemanha)²⁹ e Michael Lowy (França).

O Manifesto Internacional entende o capitalismo como profundamente insustentável, devendo ser fundamentalmente transformado ou substituído. Daí a proposta de um novo socialismo como solução.

Trata-se de uma crítica tanto à ecologia conservadora, que pretende conciliar os anseios capitalistas à proteção ambiental, em especial através da economia verde, como ao socialismo não ecológico e produtivista, em que a burocratização e a industrialização crescente continuam a ameaçar o planeta. Assim, “o projeto ecossocialista implica uma reorganização do conjunto do modo de produção e de consumo, baseada em critérios exteriores ao mercado capitalista: as necessidades reais da população e a defesa do equilíbrio ecológico.”³⁰ O objetivo último é um socialismo ecológico, uma sociedade ecologicamente racional fundada no controle democrático, na igualdade social e na predominância do valor de uso.

O ecossocialismo envolve uma reforma profunda e qualitativa na sociedade, questionando não apenas a produção e o consumo, mas o tipo de consumo, fundado na ostentação, no desperdício, na alienação mercantil, na obsessão acumuladora.

No mesmo sentido é a afirmação de Foster, para quem

A única resposta para a destruição ecológica do capitalismo é revolucionar as nossas relações produtivas de uma forma que permita uma restauração metabólica. Mas isso requererá um corte com o

²⁸ TERRAZUL. **A crise ambiental planetária e o ecossocialismo**. Fortaleza: Terrazul, 2008.

²⁹ LOWY, Michael. O que é o ecossocialismo? Disponível em http://combate.info/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=94. Acesso em 24 jun 2013.

³⁰ LOWY, Michel. **Ecossocialismo. Por uma ecologia socialista**. Entrevista especial com Michael Löwy. [fev. 2011]. Entrevistador: IHU online. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/40841-ecossocialismo-por-uma-ecologia-socialista-entrevista-especial-com-michael-loewy>. Acesso em 11 dez. 2012.

sistema “de reprodução sócio-metabólica” próprio do capitalismo, isto é, com a lógica do lucro³¹

Fundamental importância apresenta ainda a contribuição de Juan Martínez Alier, que denominou sua concepção teórica de “ecologismo dos pobres”³². Alier analisa a questão ambiental por meio dos deslocamentos geográficos de sua percepção, levantando uma discussão norte-sul. Outra preocupação central em Alier é com os movimentos sociais ecológicos, trazendo em sua obra diversos exemplos internacionais de casos em que a exploração ambiental tomou efeito por meio da exploração social.³³

O ecologismo dos pobres não postula que todos os pobres sejam ecologistas, mas sim que “en los crecientes conflictos sociales por extracción de recursos en las últimas fronteras, y en los conflictos por depósitos de residuos, la gente pobre muchas veces está en favor de la conservación de la naturaleza, porque viven de ella muy directamente.”³⁴

Alier critica a retórica da economia verde, ressaltando que

del ‘desarrollo sostenible’ de 1992, en Río de Janeiro, ahora las Naciones Unidas quieren cambiar a la “economía verde” en Río + 20, en 2012. Imagino que todavía veremos que el desarrollo verde y la economía sostenible son frases sin contenido cuando se emplean para negar la contradicción entre crecimiento económico y el mantenimiento de los ecosistemas y de la biodiversidad.³⁵

As crises econômicas deflagradas em 2008-9 seriam para Alier um momento de transição socioecológica muito importante, em que se poderia configurar um “new dealgreen”, investindo-se em medidas de eficiência energética e modificações substanciais na forma de remuneração do emprego.³⁶

Embora tenhamos separado as análises sobre o ecossocialismo e o decrescimento em dois momentos, é interessante observar que as teorias confluem, possuindo como mesmo objetivo a crítica ao desenvolvimento vigente e como proposta uma sociedade totalmente reestruturada. Assim, Latouche afirma

31 FOSTER, John Belamy. **A ecologia da destruição**. Texto online disponível em http://www.ocomuneiro.com/nr04_01_JOHN_BELLAMY.html. Acesso em 26.11.12

32 ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

33 Ibidem.

34 ALIER, Juan Martinez. Limitar el crecimiento económico y el gasto de energía y materiales es solamente para los países ricos. [05.dez.2010]. Entrevistadores: ENRÍQUES, Maria Amélia; LITRE, Gabriela. In: **Sustentabilidade em Debate**. v. 2. n. 1. p. 141-146. Brasília, 2011.

35 Ibidem.

36 Ibidem.

que o decrescimento, dadas suas implicações políticas de crítica ao capitalismo, é fundamentalmente um modelo de ecossocialismo.³⁷

Já Alier, com base na dívida ecológica dos países desenvolvidos para com os países do sul, ressalta que as modificações que devem ser realizadas são diferentes para o Norte e para o Sul: decrescimento para o primeiro; ecologismo dos pobres para o segundo.³⁸

4. Desenvolvimento sustentável: um novo paradigma?

Para Thomas Kuhn, um paradigma é o modelo cientificamente adotado por determinado percurso de tempo que fornece aos pesquisadores problemas e soluções. Em suas palavras, um paradigma é “um conjunto de ilustrações recorrentes e quase padronizadas de diferentes teorias nas suas aplicações conceituais, instrumentais e na observação. Essas são os paradigmas da comunidade, revelados nos seus manuais, conferências e exercícios de laboratório.”³⁹ Esse paradigma seria, no entanto, algo mutável, e não uma constante progressiva na história. Assim, em determinado momento, um paradigma entraria em crise, levando ao surgimento de novos métodos e problemas: a revolução científica.

Em Kuhn, as revoluções científicas acontecem a partir da consciência de uma anomalia na ciência dominante, gerando um período de insegurança profissional pronunciada. Diversos cientistas passam a formular articulações diferenciadas que questionam a teoria científica dominante, dificultando a própria verificação do que é o paradigma dominante: “todas as crises iniciam com o obscurecimento de um paradigma e o consequente relaxamento das regras que orientam a pesquisa normal”.⁴⁰

Para o surgimento de um novo paradigma, é essencial o questionamento das bases do paradigma dominante, reconhecendo sua incompletude e suas

³⁷LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 170 f.

³⁸ ALIER, Juan Martinez. Limitar el crecimiento económico y el gasto de energía y materiales es solamente para los países ricos. [05.dez.2010]. Entrevistadores: ENRÍQUES, Maria Amélia; LITRE, Gabriela. In: **Sustentabilidade em Debate**. v. 2. n. 1. p. 141-146. Brasília, 2011.

³⁹KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. p. 67.

⁴⁰Ibidem. p. 115 e ss.

falhas.⁴¹ É justamente por isso que o desenvolvimento sustentável, nos termos colocados pela Rio +20, não pode ser considerado um novo paradigma. Antes de elevá-lo a categoria de um novo paradigma, é primordial que as falhas e fracassos do desenvolvimento tradicional sejam evidenciadas, pois uma revolução científica não se realiza por meio de adaptações e concessões, mas sim através de uma profunda modificação de conteúdo.

Assim, estando o desenvolvimento sustentável alicerçado nas mesmas bases condenadas à ruína do crescimento econômico incessante, não pode ser considerado um novo paradigma e muito menos uma verdadeira revolução científica. No entanto, o que fica claro ao evidenciarmos a falência do sistema econômico dominante é justamente que estamos vivenciando uma crise pré-paradigmática. O sistema científico dominante está apresentando falhas notórias em atingir seus objetivos, fornecendo espaço para um novo paradigma no campo econômico.

Incertezas são típicas de um momento de crise, pois muito embora a falência do modelo de desenvolvimento esteja evidente, não há ainda um modelo concreto que o substitua. Propostas alternativas estão sendo elaboradas com base em diversos pressupostos sociais e econômicos, não sendo possível, todavia, afirmar com segurança qual será o paradigma que prevalecerá.

O decrescimento, a busca pela justiça ambiental e o ecossocialismo são importantes aportes teóricos que muito contribuem para evidenciar a crise paradigma, propondo modificações fundamentais para a sociedade. Essas teorias são, na realidade, o embrião de um novo paradigma, mais adequado às nossas necessidades sociais e ambientais.

A análise de tais modelos é essencial, dadas as profundas modificações que podem fornecer para nossa realidade. Isso porque uma mudança na concepção teórica da economia não afetaria apenas conceitos e modelos, mas modificaria profundamente nossa própria visão de mundo. Conforme afirma Kuhn,

Quando mudam os paradigmas, mudam com eles o próprio mundo. Guiados por um novo paradigma, os cientistas adotam novos instrumentos e orientam seu olhar em novas direções. e o que é mais importante: durante as revoluções, os cientistas vêem coisas novas e

⁴¹ Ibidem. p. 125.

diferentes quando, empregando instrumentos familiares, olham para os mesmos pontos já examinados.⁴²

Considerações finais

A crise ambiental salta a nossos olhos de forma que não é mais possível ignorar seus efeitos. A humanidade está em sério risco de ser extinta do planeta Terra, deixando para trás apenas um rastro de destruição. Mesmo que evitemos tal extremismo, os desastres socioambientais atuais já deveriam deixar a todos deveras alarmados: pobreza, fome, escassez de água, enchentes, tornados, contaminação por agrotóxicos...

Está evidente que o modelo econômico desenvolvimentista não mais responde às necessidades da sociedade (se é que algum dia efetivamente respondeu), apenas favorecendo um pequeno grupo de investidores e corporações transnacionais.

Desde 1987, quando o desenvolvimento sustentável passou a ser mundialmente conhecido por meio do relatório Brundtland, o conceito não ofereceu qualquer modificação substancial no modelo econômico vigente. As bases econômicas do crescimento sem limites continuam presentes no desenvolvimento sustentável: consumismo, publicidade ilimitada e liberação de crédito.

Diante do prenúncio da crise, evidenciamos um paradoxo: é ao mesmo tempo difícil acreditar que o capitalismo tenha um fim que acreditar que ele nunca tenha fim. Isso porque o próprio capitalismo chegou a um paradoxo: a sua maior crise ocorre justamente no auge de cumprimento de todas suas expectativas.⁴³

Construir um novo modelo econômico não é tarefa fácil e nem deve ser realizada de um dia para o outro. É essencial um estudo aprofundado das causas da crise do desenvolvimento econômico, reconhecendo sua incapacidade de cobrir suas próprias lacunas, papel que algumas economistas têm cumprido, como realizaram com excelência Latouche e Alier.

⁴² Ibidem. p. 147.

⁴³ MORIN, E.; KERN, A. B. **Terra Pátria**. 4. ed. Porto Alegre: Sulinas, 2003.

Enquanto o desenvolvimento sustentável estiver baseado nas mesmas premissas do desenvolvimento econômico que causou a presente crise, não será um novo paradigma e nem estará apto a fundamentar uma revolução científica.

Rosa Luxemburgo, analisando as falhas do modelo capitalista, afirmava peremptoriamente a necessidade de mudança do modelo capitalista por meio da célebre frase: “socialismo ou barbárie”. Tanto Latouche quanto Lowy curiosamente valem-se da mesma frase para suas teorias econômicas: “decrescimento ou barbárie”⁴⁴, diz o primeiro, e “ecossocialismo ou barbárie”⁴⁵, afirma o segundo. A realidade é que ainda não se sabe qual o modelo que substituirá o capitalismo; só se sabe com certeza que sua prorrogação terá consequências fatais. Daí a importância, independente de qual modelo adotarmos, das mudanças: “revolução ou barbárie!”

Referências Bibliográficas

ALIER, Juan. **O ecologismo dos pobres**: conflitos ambientais e linguagens de valoração. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. Limitar el crecimiento económico y el gasto de energía y materiales es solamente para los países ricos. [05.dez.2010]. Entrevistadores: ENRÍQUES, Maria Amélia; LITRE, Gabriela. In: **Sustentabilidade em Debate**. v. 2. n. 1. p. 141-146. Brasília, 2011.

DELEAGE, Jean Paul. **História da ecologia**: uma ciência do homem e da natureza. Dom Quixote: Lisboa, 1993.

FAO. **QUASE 870 MILHÕES DE PESSOAS NO MUNDO ESTÃO SUBNUTRIDAS – NOVO RELATÓRIO SOBRE A FOME**.

<https://www.fao.org.br/q870mpmesnrsf.asp> Acesso em 16 jun. 2013.

FERNANDES JR, Ottoni. Estudos do Banco Mundial e da ONU mostram que, apesar dos esforços, piorou a distribuição da riqueza em escala global e aumentou o abismo que separa os países ricos dos pobres. In **Desafios do desenvolvimento**. 2005. Ano 2 . Edição 16 - 1/11/2005. Disponível em http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=954:reportagens-materias&Itemid=39. Acesso em 16 jun. 2013.

FOSTER, John Belamy. **A ecologia da destruição**. Texto online disponível em http://www.ocomuneiro.com/nr04_01_JOHN_BELLAMY.html. Acesso em 26.11.12

⁴⁴LATOUCHE, Serge. op. cit. p. .

⁴⁵LOWY, Michel. op. cit.

IPCC. **Climate change 2007: Synthesis Report**. Geneva, 2007. Disponível em http://www.ipcc.ch/publications_and_data/ar4/syr/en/contents.html . Acesso em 17 out. 2012.

IUCN. **Why biodiversity in crisis?** Disponível em http://www.iucn.org/what/tpas/biodiversity/about/biodiversity_crisis/ . Acesso em 18 out. 2012.

KUHN, Thomas. **A estrutura das revoluções científicas**. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006

LATOUCHE, Serge. **Pequeno Tratado do decrescimento sereno**. São Paulo: Martins Fontes, 2009. 170 f.

LOWY, Michael. **O que é o ecossocialismo?** Disponível em http://combate.info/index2.php?option=com_content&do_pdf=1&id=94. Acesso em 24 jun 2013.

_____. **Ecossocialismo**. Por uma ecologia socialista. Entrevista especial com Michael Löwy. [fev. 2011]. Entrevistador: IHU online. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/entrevistas/40841-ecossocialismo-por-uma-ecologia-socialista-entrevista-especial-com-michael-loewy>. Acesso em 11 dez. 2012.

MIRRA, Álvaro Luiz Valery. Fundamentos do Direito Ambiental no Brasil. In **Revista dos Tribunais**. v. 706. 07-29. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1994.

MORIN, E.; KERN, A. B. Terra Pátria. 4. ed. Porto Alegre: Sulinas, 2003.

NUNES, Luci H. Mudanças climáticas: impactos físicos e socioeconômicos. In: **Plenarium: desafios do clima**, Brasília, n. 5, ano V. p. 66-82. out. 2008.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE. **Resumo para os formuladores de políticas**.

http://www.pnuma.org.br/admin/publicacoes/texto/GEO5_RESUMO_FORMULADORES_POLITICAS.pdf Acesso em 16 jul. 2013.

RIST, Gilbert. **El desarrollo: historia de una creencia occidental**. Madrid: Los libros de la catarata, 2002.

SACHS, Ignacy. **A terceira margem: em busca do ecodesenvolvimento**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

SCHRIJVER, Nico. **The evolution of sustainable development in international law**. Hague Academy of International Law, 2008.

TERRAZUL. **A crise ambiental planetária e o ecossocialismo**. Fortaleza: Terrazul, 2008.